



SECRETARIA MUNICIPAL DA CULTURA E DO TURISMO
Rua Direita, nº 755 - Bairro Centro - CEP 33.010-000 - Santa Luzia - MG

MEMORANDO Nº 0113672

Sr. Secretário,

Em atenção à demanda atribuída por meio do Comunicado (0111995), apresento minhas considerações em relação ao Memorando (0111994) que abordou o Dossiê de Tombamento da Fazenda Boa Esperança (0006379)

INÍCIO DAS CONSIDERAÇÕES

Reformulação da sugestão do item 4.1.8.3:

4.1.8.3 - Ficam anuídos os usos **presentes na Fazenda Boa Esperança, explicitados à página 41, ou análogos, desde que se destinem para fins médicos, de forma que em casos de implantação de usos diversos ou passíveis de gerar mais adensamento e demandas ao espaço, o COMPAC deverá ser consultado.**

Justificativa: Embora a palavra “análoga” já se refira aos fins médicos atualmente existente, sugiro acrescentar **“desde que se destinem para fins médicos”** a fim de evitar interpretações diversas

Sugestão de acréscimo - Item 4.1.8.1.3

Favorável à proposta

Sugestão de acréscimo - Item 4.1.8.1.4 :

4.1.8.1.4 – No termo de responsabilidade a que faz referência o item 4.1.8.1.3 deverá constar que o responsável deverá providenciar a limpeza dos excrementos produzidos pelos animais usados no evento, inclusive se em local diverso dos currais, bem como a retirada de todos itens, objetos e alimentos usados para o cuidado desses animais.

Justificativa: Sugestão para deixar clara que a responsabilidade sobre a limpeza dos espaços em razão da utilização de animais nos eventos

Sugestão de Reformulação – Item 4.17

Atual:

4.1.7. Deverão constar, obrigatoriamente, no documento de Autorização de Terraplenagem emitido para o interior do perímetro de tombamento:

I – Número, em sequência, da Autorização de Terraplenagem

II – Número do requerimento da Autorização de Terraplenagem

III – Data de Emissão

IV – Data de início da execução das obras

V – Data de término da execução das obras

VI – Proprietário da área para a qual foi deferida a Autorização de Terraplenagem

VII – CPF ou CNPJ do proprietário

VIII – Requerente do processo administrativo

IX – CPF ou CNPJ do requerente

X – Dados completos do imóvel (Lote, quadra, bairro, CEP, logradouro, número e Inscrição Cadastral,

quando houver)

XI –Dados completos do Responsável Técnico pelo projeto (Nome, endereço completo, número CREA ou CAU)

XII –Dados da Obra (Volume de corte, volume de aterro, saldo, viagens estimadas e trajeto até o Aterro de Resíduos Classe A)

XIII –Dados do Aterro de Resíduos Classe A (Nome, CPF ou CNPJ, Logradouro completo, Autorização Ambiental, Data de término)

XIV –Assinatura do Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano ou órgão que venha a substituí-lo.

XV –Assinatura do técnico ou analista com poderes para tal, nos termos do artigo 19 da Lei 4.055/2019.

XVI – Número, nome do responsável e data de emissão do parecer favorável do DMDPC o qual deverá conter a análise individualizada de ao menos 3 (três) propostas de intervenção.

Reformulação

4.1.7 – Qualquer movimentação de terra no interior do Perímetro de Tombamento, inclusive no Horto Florestal, ainda que seja dispensável do licenciamento, deverá ser precedida de autorização prévia do COMPAC

4.1.7.1 – Inserir o antigo 4.1.7

4.1.8 – Fica anuído o descarregamento de serapilheira, serrapilheira, manta morta ou liteira, por meio de caminhões no espaço destinado ao Horto Florestal exclusivamente quando se tratar de material a ser utilizado em compostagem.

4.1.9 – Fica anuído o carregamento e descarregamento de entulho e material congênere na área onde atualmente está instalado o EcoPonto.

4.1.10 – Fica vedado o aumento do espaço utilizado para o EcoPonto para o interior do Perímetro de Tombamento

Justificativa: A sugestão do item 4.1.7 visa atender manifestação do conselheiro Adalberto a respeito de autorização para movimentação de terra no interior da Fazenda. Apesar de atualmente a legislação já prever que é necessária a anuência do COMPAC, por se tratar de norma municipal, pode ser alterada com extrema facilidade, como por exemplo no caso da Lei do EIV em que a atuação das outras secretárias foi esvaziada em detrimento de uma única pasta.

Em relação aos itens 4.1.8 a 4.1.10 visa organizar e disciplinar atividades que já acontecem no interior do perímetro tombado e evitar que sobre o pretexto dessas atividades, outras ações deletérias passem a acontecer.

Sugestão de acréscimo -Item – 4.1.8.4

4.1.8.4 – Fica vedada a entrada, no interior do Perímetro de Tombamento, de caminhão, conforme definição conferida pelo Anexo I da Lei 9.503 de 23 de Setembro de 1997

Observação: Não há vedação para a entrada de caminhonete, que é um “veículo destinado ao transporte de carga com peso bruto total de até três mil e quinhentos quilograma “

Justificativa: Visa evitar a entrada de veículos de grande porte dentro do perímetro, que não possui espaço de manobras para eles. Além disso, veículos desse porte produzem trepidações deletérias, principalmente a Casa Sede, que está em um estado de conservação longe do ideal.

4.1.8.6 – No termo de responsabilidade a que faz referência o item 4.1.8.1.3 deverá constar que o responsável pelo evento se responsabiliza por eventuais danos causados direta ou indiretamente por ocasião do evento, ainda que por ação de terceiros.

Justificativa: Visa minimizar os questionamentos relativos ao item 4.1.8.1

Sugestão de acréscimo - Item 4.1.8.2.1

Favorável à proposta

Sugestão de alteração - Item 4.2.3

Desfavorável à proposta e favorável a manutenção do texto como atualmente proposto

Justificativa: Para a elaboração do Parecer Técnico 039/2022/SECULT-DMDPC foi fotografado e analisado o número de pavimento de 4 edificações, distribuídas ao longo da Rua Marechal Deodoro da Fonseca. A partir do que foi levantado, foi concebida a atual proposta, para os lados leste, oeste e sul da Fazenda. Sobre a proposta para a fachada Norte (Avenida Raul Teixeira da Costa Sobrinho), considerando a concentração de lotes para a construção, entendo ser possível a permanência da limitação da altura sem que se tenha prejuízo no potencial construtivo do imóvel.

A respeito da consideração sobre o tipo arquitetônico, conforme foi possível verificar nas intervenções dos membros da sociedade ligados à construção civil, não houve uma detida leitura sobre o que atualmente está disposto no documento. Por esta razão, entendo ser profícuo uma maior permissividade construtiva, tendo como mitigação a fixação de determinado tipo arquitetônico. Aproveito a oportunidade para expressar preocupação quanto a remessa de documentos autorizativos pelo órgão que atualmente é responsável pela emissão de alvarás para SMCT / DMPDC.

No passado, a partir de um parecer emitido por um arquiteto que asseverou que o Decreto de Tombamento da Fazenda Boa Esperança deveria ter observado uma norma a respeito do tema que foi editada mais de 20 anos depois, foi emitido um Alvará de Construção que deveria ter sido anuído pelo COMPAC.

Por estas razões, a limitação altimétrica atualmente concebida protege o bem ao mesmo tempo que pode ser objeto de fiscalizações e vistorias posteriores, ao passo que normas relativas ao estilo arquitetônico podem ser mais facilmente inobservadas ou flexibilizadas.

Sugestões de diretrizes da servidora Márcia:

Item 1) – Sugestão de reescrita, com manutenção da essência central:

1 - Qualquer intervenção que venha a ser realizada nas edificações inseridas no perímetro de tombamento deverá ser precedidas de projeto, realizado por profissional qualificado.

1.1 - Ficará a cargo do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural a aprovação de qualquer projeto no interior do perímetro de tombamento, tais como,

Item 2, 4, 5, 6, 7, 9 , 10) - Não está claro para quais bens edificados se refere o comando. Relembro que há edificações de uso hospitalar e ambiental no interior do perímetro de tombamento

Item 3) – Desfavorável, apesar de relevante, entendo não ser item que deveria constar em um Dossiê. Em termos práticos, vislumbro produzir poucos efeitos.

Item 8) – Desfavorável. Há normas Estaduais e do Corpo de Bombeiros que tratam do tema

Item 11) - Desfavorável. Entendo que um Dossiê de Tombamento não tem poder para impor gastos a qualquer ente federado. Em termos práticos, vislumbro produzir poucos efeitos.

Item 12) – Desfavorável. Entendo que um Dossiê de Tombamento não é meio hábil para transformar um local, qualquer que seja, como sítio de interesse arqueológico. Há um tramite por meio do [Cadastro de Sítios Arqueológicos](#). Nesse sentido, entendo que deveríamos caminhar para a homologação do cadastro no Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SICG). Após isso, teremos elementos suficientes para propor diretrizes sobre o tema

FIM DAS CONSIDERAÇÕES

Respeitosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Thiago Cristiano Serafim**, **Servidor Público**, em 11/12/2024, às 16:00, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.santaluzia.mg.gov.br/autenticidadesei> informando o código verificador **0113672** e o código CRC **BBFE10FA**.
